



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER**

TERMO DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Encerra-se, nesta data, o Processo de Inventário, Registrados no Setor de Patrimônio sob o número 4 (quatro).

No Processo, dos bens móveis e imóveis cadastrados, foram localizados 9165 (nove mil cento e sessenta e cinco) bens, não sendo localizados 186 (cento e oitenta e seis) bens.

Este Inventário será destinado ao Sr. PAULO SOMMER – Prefeito Municipal e, em seguida, ao Setor de Contabilidade.

Setor de Patrimônio


Comissão Permanente de Avaliação, Reavaliação e Inventário

Porto Xavier-RS, 28 de dezembro de 2016.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER

DECLARAÇÃO

Eu, **VILMAR KAISER**, Prefeito Municipal de Porto Xavier-RS, Portador da Carteira de Identidade de nº 1008127671 e CPF nº 273.920.740-91, residente e domiciliado a Rua Castelo Branco nº 364, nesta cidade. Declaro para os devidos fins que todos os Cargos de Confiança e Secretários estão em dia com apresentação de suas declarações de Bens e Renda nos termos da resolução nº833/08 (alínea acrescentada pela resolução nº 861/09), referente ao exercício de 2016.

Porto Xavier, 30 de janeiro de 2016.

VILMAR KAISER
Prefeito Municipal
CPF 273.920.740-91



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER

DECLARAÇÃO

Eu, **ALINE LENZ PICOLI**, casada, servidora pública municipal, no cargo de Contadora, CRC/RS nº 080671-03 portadora do CPF nº 013.109.510-20, residente e domiciliada na Rua General Lima 2305, apto 04, na cidade de São Luiz Gonzaga. **Declaro** para os devidos fins que foram feitas as conciliações bancárias com seus respectivos resultados referente ao exercício de 2016.

Porto Xavier, 30 de janeiro de 2016.



VILMAR KAISER
Prefeito Municipal
CPF 273.920.740-91



ALINE LENZ PICOLI
Contadora
CRC/RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER

DECLARAÇÃO

Eu, **ADRIANA GUEDES KAISER**, brasileira, solteira, Servidora Pública Municipal, no cargo de Oficial Administrativo, portadora do CPF nº 827.051.350-49, residente e domiciliada na Rua Defesa Civil, nº 310, nesta cidade. DECLARO para os devidos fins que foram encaminhadas as leis que compõe o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de créditos referente ao exercício de 2016.

Porto Xavier, 30 de janeiro de 2017.


ADRIANA GUEDES KAISER
Responsável pelo envio da BLM

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DO FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES-FAPS, SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO EXERCÍCIO DE 2016.

Conforme lei nº 754 de 25 fevereiro de 1991, o município de Porto Xavier instituiu e mantém o Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No exercício de 2016 os trabalhos realizados pelo Conselho Municipal do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor-FAPS, conforme portaria portarias nº 11.044 de 08 de março de 2016, observando as competências legais deste conselho, atingiram as seguintes atividades: Os Conselheiros reuniram-se 16 vezes. Constatamos que no orçamento do município de Porto Xavier-RS, Lei Municipal nº 2.472 de 08 de dezembro de 2015, que fixou para o exercício de 2016 as despesas do Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores- FAPS, o montante de R\$. 5.389.724,00 (Cinco milhões trezentos e oitenta e nove mil setecentos e vinte e quatro reais)

Em 2016 o Poder Executivo repassou para Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores- FAPS, R\$ 6.823.322,56 (Seis milhões oitocentos e vinte e três mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos.).

Foram consideradas como despesa do Fundo de Aposentadoria e Pensões dos servidores Municipais exercício 2016.

RECEITA	RS	DESPESA EMPENHADA	RS
RECEITAS CORRENTES	4.356.537,60	DESPESAS CORRENTES	2.443.724,49
Contribuições sociais	802.912,15	Aposentadorias do RPPS	1.986.064,20
Receita patrimonial	3.403.313,35	Pensões, exclusive do RGPS	288.740,91
Rec. Valores Mobiliários	3.403.313,35		
Outras Receitas Correntes	150.312,10	Outras Despesas correntes	168.919,38
Outras receitas correntes	150.312,10		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIA	2.560.201,74	Aposentadorias, reserva remuneradas	160.320,46
Contribuições Sociais -Intra orçamentária	2.052.371,03	Outros serviços de terceiros P. Jurídica	8.598,92
Contribuições em regime de parcelamentos	376.649,05		
Outras receitas Intra Orçamentárias	131.181,66		
Deduções da Receita (-)	93.416,78		
Receita Intra-Orçamentária	93.416,78		
Total das Receitas	6.823.322,56	Total das Despesas	2.443.724,49

Aplicações do FAPS

O quadro abaixo demonstra onde estão sendo feitas as aplicações do Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais conforme Portaria MPS N° 440, DE 09/10/2013.

BANRISUL	
Fundo	Saldo
Conta corrente	8,00
Prev. Municipal FI Renda Fixa LP	1.171.034,05
Prev. Municipal II FI Renda Fixa LP	1.154.720,09
Prev. Municipal III FI Renda Fixa LP	1.092.686,06
Prev. Municipal IV FI Renda Fixa LP	557.160,18
Prev. Soberano FI Renda Fixa LP	2.744.848,83
Prev. IPCA 2024 FI Renda Fixa LP	378.282,00
Prev. FOCO IRF-MI Renda Fixa LP	3.335.164,39
Total	10.433.903,60

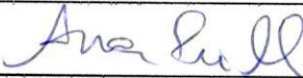


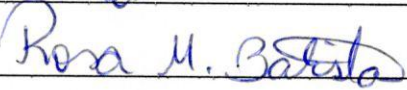

BANCO DO BRASIL	
Fundo	Saldo
B.B. Renda Fixa INSS Previd IMA-B	846.347,01
B.B. Previd Referenciado IRF-MI	2.840.979,77
B.B. Previd RF Perfil	2.334.680,63
Ações Petrobras	55.108,03
BB previd RF FLUXO	987.613,52
BB previd RF IDKA 2	2.264.854,60
BB FAPS FI Brasil Providence IMA B5 RF	1.206.381,32
Total	10.535.964,88

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
Fundo	Saldo
Caixa FI BRASIL 2020 -V	350.450,40
IMA-B Título Público Renda Fixa LP	834.459,18
FI Brasil IRF-MI TP Renda Fixa LP	2.628.308,38
Total	3.813.217,96
Total das aplicações do FAPS	24.783.085,46

O Conselho Municipal do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos Municipais -FAPS, a vista dos documentos contábeis e estratos bancários que analisamos os quais evidenciam a efetiva aplicação como determina a regra constitucional e a Portaria MPS N° 440, DE 09/10/2013. Constatamos que estão sendo efetuados mensalmente os pagamentos dos parcelamentos da administração para com o FAPS. Emite-se o **PARECER FAVORAVÉL** á regularidade da gestão dos recursos no exercício de 2016.

Porto Xavier, 16 de janeiro de 2017.

MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR-FAPS. Conforme portarias n° 11.044 de 08 de março de 2016.

NOME	ASSINATURA
ANA CRISTINA BRATZ PRIL(Presidente)	
RANDERSON ISSLER ABADI	
ALESSANDRA DE AVILA BTRATZ	
LEANDRO LUIZ MARCHI	
ROSA MARIA BATISTA	
GILBERTO DA SILVA SOARES	
NOELI BECKER	



RELATÓRIO CIRCUNSTÂNCIADO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA EXERCÍCIO 2016

Obedecendo à Resolução 1.052 de 09/12/2015, art. 2º, inciso III, letra “a”, que dispõe sobre os documentos que deverão ser entregues ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, até o dia 31 de janeiro do exercício subsequente, para exame em processos de contas de governo, tem a satisfação de apresentar a Vossa Senhoria o Relatório Circunstanciado da Situação Econômico-Financeira relativo ao exercício financeiro de 2016.

1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1- DO ORÇAMENTO

A Lei de Meios do exercício de 2016 de nº: 2.472 de 08 de dezembro de 2015 - LOAS fixa a despesa do município de Porto Xavier-RS em R\$ 29.910,933, 00 (Vinte e nove milhões novecentos e dez mil, novecentos e trinta e três reais). Conforme consta no SIAPC.

Despesa fixada.....	29.910.933,00
Empenhado.....	26.568.240,24
Liquidado.....	26.534.964,49
Pago.....	26.292.610,87
SALDO A LIQUIDAR.....	33.275,75
SALDO A PAGAR	242.353,62
DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR	
Empenhado.....	1.728.191,98
Liquidado	1.581.297,91
Pago	1.517.882,17
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO.....	146.894,07
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO.....	63.415,74

1.2- CRÉDITOS ADICIONAIS

No Exercício de 2016 foram autorizados Créditos Suplementares e Especiais, tendo como cobertura o Art. 43 da Lei Federal n.º: 4.320 /64:

Auxílios e Convênios.....	303.427,92
Excesso de Arrecadação.....	735.050,07
Reduções/Suplementações Orçamentárias entre entidades.....	215.806,16
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade.....	3.029.364,10
Superávit Financeiro	1.024.056,99
TOTAL.....	5.307.705,24

1.2- ANÁLISE DA RECEITA

A receita orçada para o exercício de 2016 foi de R\$ 29.910,933,00 (Vinte e nove milhões novecentos e dez mil, novecentos e trinta e três reais), sendo que foi arrecadada no exercício a importância de R\$ 32.589.070,73 (trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, e setenta reais e setenta e três centavos). Verificou-se uma arrecadação a maior referente à estimada no valor de R\$ 2.678.137,73 (dois milhões seiscentos e setenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e setenta e três centavos).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER

O comportamento da Receita no exercício de 2016:

TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	27.497.252,00	29.621.532,14	
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.691.227,00	1.932.667,24	+241.440,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO	912.010,00	1.013.451,24	+101.441,24
RECEITA PATRIMONIAL	2.385.773,00	3.657.122,43	+1.271.349,43
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	171.923,00	487.591,68	+315.668,68
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.459.437,00	25.633.300,84	+173.863,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	243.531,00	531.117,48	+287.586,48
COTAS REDUTORAS (-)	3.336.649,00	3.633.718,77	+267.069,77
RECEITA DE CAPITAL	680.991,00	2.071.026,69	
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIM	6.300,00	4.960,00	-1.340,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	370.546,00	+370.546,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	31.830,85	+31.830,85
DEFICIT	674.691,00	1.663.689,84	+988.998,84
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	2.407.381,00	2.560.201,74	+152.820,74
COTAS RETIFICADORAS	3.366.649,00	3.633.718,77	267.069,77
TOTAL DA RECEITA ORÇADA	29.910.933,00	32.589.070,73	

1.3- ANALISE DA DESPESA

A despesa inicialmente autorizada foi de R\$ 29.910.933,00 (vinte e nove milhões , novecentos e dez mil, novecentos e trinta e três reais), importância que se distribui da seguinte maneira:

TÍTULOS	ORÇADA	EXECUTADA	DIFERENÇA
DESPESAS CORRENTES	27.497.252,00	25.515.626,65	
Pessoal e Encargos Sociais	17.516.531,00	17.701.090,18	+184.559,18
Juros e Encargos da Dívida	199.256,00	255.489,62	+56.233,62
Outras Despesas Correntes	8.147.670,00	8.159.905,49	+159.235,49
SUPERÁVIT	1.633.795,00	4.105.905,49	+2.472.110,49
DESPESAS DE CAPITAL	680.991,00	2.071.026,69	
Investimentos	145.248,00	1.369.963,75	+1.224.715,75
Inversões Financeiras	10.000,00	0,00	
Amortização da Dívida	525.743,00	701.062,94	+175.319,94
Reserva de Contingência	3.366.485,00		
Superávit		5.002.417,39	
TOTAL DA DESPESA	29.910.933,00	32.589.070,73	

1.3.1- FPM-FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS e ICMS

O movimento verificado no exercício 2016.

QUOTAS DO EXERCÍCIO	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA
FPM	9.524.377,00	9.683.491,06	+159.114,06
ICMS	6.136.000,00	5.949.224,49	-186.775,55

2 - GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

2.1 - BALANÇO FINANCEIRO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER

Passivo (II)		
Passivo circulante	4.184.646,96	4.693.657,86
Passivo permanente	22.938.414,55	19.288.387,12
	27.303.231,33	24.315.110,55
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Atos potenciais ativos	7.531,20	31.768,00
Atos potenciais passivos	549.474,30	150.249,50

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo Patrimônio da Prefeitura estão demonstradas no Balanço Econômico e, analisadas podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		
	Exercício atual	Exercício anterior
Impostos taxas e contribuições de melhoria	2.170.420,27	1.737.758,10
Contribuições	3.055.357,96	2.970.441,96
Exploração e Venda de Bens e Serviços e Direitos	613.796,43	186.248,35
Variações patrim..aumentativas financeira	4.167.501,86	2.651.783,06
Transferências e delegações recebidas	24.409.893,31	21.036.998,75
Valorização e ganhos com ativos	54.185,85	71.964,55
Outras valorizações patrimoniais aumentativas	468.841,14	551.463,20
TOTALSOMA VPA (I)	34.639.996,82	29.836.657,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINIUTIVAS		
Pessoal e Encargos Sociais	14.522.976,00	13.886.629,47
Benefícios previdenciários e assistenciais	2.433.157,29	1.865.788,44
Uso de bens e serviços e cons. Capital fixo.	7.069.649,73	6.157.338,69
Variações patrimoniais diminutivas financ.	275.029,96	203.822,34
Transferências e delegações concedidas	1.815.980,46	1.608.703,45
Desvalor. e perdas de ativos e incorp. de passivos	674.080,48	677.960,35
Tributárias	356.157,69	269.339,23
Outras variações patrimoniais diminutivas	4.564.390,82	3.161.159,96
TOTAL VPD (II)	31.711.423,33	27.830.741,93
Resultado patrimonial do Exercício (III) = (I-II)	2.928.573,49	2.005.916,04

2.4 DIVIDA PÚBLICA

a) DIVIDA FUNDADA

A dívida fundada interna, que compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraída para atender o desequilíbrio orçamentário ou financeiro conforme anexo 16 da Lei nº 4320/64:

Saldo do Exercício Anterior	R\$	1.727.720,95
Inscrição da dívida (+)	R\$	14.584.866,31
Baixa da dívida (-)	R\$	15.053.395,07
Saldo que Transfere para Exercício seguinte	R\$	1.259.192,19

b) DIVIDA FLUTUANTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER

O Balanço Financeiro constitui-se de peça básica para a demonstração da gestão financeira desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações da receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por sua natureza independem de autorização na Lei dos Meios, com saldos em espécie no início e no final do exercício.

As operações financeiras se processaram conforme o demonstrativo a seguir:

Resumo Balanço Financeiro	Exercício atual	Exercício Anterior
Ingressos		
Receitas orçamentárias (I)	32.589.070,73	27.443.954,56
Transferências financeiras recebidas (II)	1.408.728,26	1.312.749,89
Recebimentos extraordinários (III)	3.235.858,35	3437.725,70
Saldos dos exercícios anteriores (IV)	22.181.713,40	18.816.687,28
Total	59.415.370,74	51.011.127,43
Dispêndios		
Despesas orçamentárias (VI)	27.586.653,34	23.465.830,37
Transferências financeiras concedidas (VII)	1.408.728,26	1.554.467,52
Pagamentos extras orçamentários (VIII)	3.592.937,35	3.799.116,14
Saldo para o exercício seguinte (IX)	26.827.051,79	22.181.713,40
Total	59.415.370,74	51.011.127,43

O saldo acima confere com o constante no anexo 13 da Lei nº 4.320/64 .

2.2 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o patrimônio do município, demonstrando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado momento, consideradas a origem e a aplicação dos recursos à disposição da fazenda pública.

A Situação do Patrimônio Financeiro do Município segundo anexo 14 da Lei 4320/64.

ATIVO	Exercício atual	Exercício anterior
Circulante	29.029.662,82	24.211.556,00
Ativo não circulante	22.286.356,00	20.278.022,51
Total do Ativo	51.316.018,82	44.489.657,86
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		
Passivo circulante	4.184.646,96	4.693.657,86
Passivo não circulante	22.938.414,55	19.288.387,12
Patrimônio líquido	24.192.957,31	20.507.533,56
TOTAL	51.316.018,82	44.489.578,54

QUADROS DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS PERMNETES		
Ativo (I)	Exercício atual	Exercício anterior
Ativo financeiro	27.232.064,27	22.789.029,99
Ativo Permanente	24.083.954,55	21.700.548,55
Total	51.316.018,82	44.489.657,86



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER

O saldo da Dívida Flutuante da Prefeitura conforme anexo 17 da Lei nº4320/64.

Saldo Exercício Anterior	R\$	1.971.406,11
Inscrição da dívida (+)	R\$	29.624.170,05
Baixa da dívida (-)	R\$	30.009.248,13
Saldo que transfere para exercício seguinte	R\$	1.586.328,03

3.0 FUNDEF

O FUNDEF no exercício de 2016:

Valor recebido do FUNDEB	R\$	3.990.334,82
Valor total da despesa liquidada no FUNDEB	R\$	3.933.174,39
Percentual aplicado		98,57%
Profissionais do Magistério	R\$	2.934.132,84
Percentual com profissionais do Magistério		73,53%

3.1 MDE

A Movimentação do MDE no exercício de 2016 .:

Receitas vinculadas	R\$	19.180.320,76
Mínimo a ser aplicado (15%)	R\$	4.795.080,19
Total de despesa na função 12	R\$	6.778.121,63
Despesas não computáveis (-)	R\$	2.615.181,06
Plus FUNDEB (-)	R\$	625.819,03
Rendimentos MDE e FUNDEB	R\$	32.792,67
Valor aplicado	R\$	4.998.861,63
Percentual aplicado		26,06%

Calculo Constitucional da receita da educação MDE +FUNDEB, conforme recursos vinculados aplicados 26,06%.

3.2 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

A movimentação do Fundo Municipal da Saúde no exercício 2016:

Receitas vinculadas ao ASPS	R\$	19.180.320,76
Mínimo a ser aplicado (15%)	R\$	2.877.041,67
Total de despesa na saúde	R\$	5.902.377,02
Despesas não computáveis Recursos união e Estado (-)	R\$	2.615.181,06
Valor aplicado	R\$	3.287.195,96
Percentual aplicado		17,14%

Calculo Constitucional da receita da Saúde para ASPS, conforme recursos vinculados aplicados 17,14%.

3.3 REGIMES PROPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER

Saldo Exercício 2016	R\$	20.403.487,37
Valor apurado no balancete da Receita RPPS	R\$	6.823.322,56
Valor Empenhado RPPS	R\$	2.443.724,49
Valor Pago RPPS	R\$	2.443.724,49
Total	R\$	24.783,085,46

As receitas proveniente do RPPS estão todas aplicadas em Instituições Financeira:
Banco Brasil S.A, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado do Rios Grande do Sul - Banrisul.

3.4 ESPESA COM PESSOAL E LIMITES DA LRF.

Receita Corrente Liquida apurada no PAD: RS 24.905.060,44 para os 12 meses 2016.

PODERES	DESP. LIQUIDADADA	% RCL	LIM.PRUDENCIA	LIM. LEGAL
Despesa de Pessoal Executivo	11.986.183,06	48,13	51,30%	54%
Despesa de Pessoal Legislativo	740.040,83	2,97	5,70%	Seis%
Total da despesa com pessoal	12.726.223,89	51,1	57,%	60%

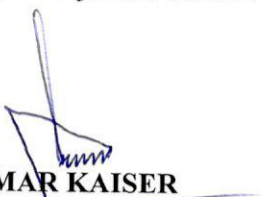
3.5 COM RELAÇÃO AOS RESTOS APAGAR DO EXERCICIO

Analisando a situação da inscrição de empenhos em restos a pagar no exercício 2016, constatamos que ficou restos processados (livre + vinculados) o valor de R\$ 305.769,36, não processados(livre + vinculados) o valor de R\$ 180.169,82 totalizando o valor de R\$ 485.939,18, com suficiência financeira .

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da gestão financeira e econômica do exercício de 2016 ,estando este setor a disposição para maiores esclarecimentos.

Porto Xavier, 30 de janeiro de 2016 .


VILMAR KAISER
Prefeito Municipal



RELATÓRIO E PARECER

CONTROLE INTERNO EXERCÍCIO 2016.

Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Porto Xavier-Rs, vimos apresentar Relatório e Parecer sobre as contas do Poder Executivo, relativos ao exercício de 2016, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição da República, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Resolução nº 962, de 19 de dezembro de 2012, nos termos do disposto no art. 2º, inciso I, letra “b” e Resolução nº 1052/15 art.2º, inciso III, letra “b”, do Tribunal de Contas do Estado.

1- Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 2.146/11 e 2.162/11, regulamentada pelo Decreto nº 2.331/11, tendo sido designados seus membros pelas Portarias nºs 9.454/15, 062/2017.

2. A Comissão desenvolveu suas atividades da seguinte forma: Foram realizadas, (12) reuniões, com a mesma quantia de atas, foram feitos (23) vinte e três relatórios e auditorias nas Secretarias da Administração Municipal, (13) treze ofícios, (01) parecer referente à prestação de contas de convênios, (4) quatro recomendações, (17) dezessete comunicação interna aos setores da Administração, (01) Auditoria ao legislativo, respondido (05) cinco questionário ao TCE, (15) quinze manifestação referente às solicitações de informações do TCE, foram feitas (02) duas reuniões com membros dos Órgãos Setoriais. As recomendações todas foram aprovadas pelo senhor prefeito, mas nem todas posta em pratica pelos secretários e ou responsáveis.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3. Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício de 2016, observamos em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/64, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado na Lei 2.472 de 05/12/2015-LOA.

b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais.

c) Não Houve correção quanto à classificação econômica da despesa (Anexo 01 da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais).

d) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER
CENTRAL DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

e) As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil, notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, nos termos da legislação vigente.

f) No exame da documentação relativa às Prestações de Contas de Adiantamentos (art. 68 da Lei Federal nº 4.320/64), constatou-se o cumprimento das normas gerais de Direito Financeiro e da Lei Municipal nº 804/1991.

g) Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.

h) Houve controle contábil mensal das entradas, saídas e do saldo dos materiais estocados em almoxarifado.

i) Os inventários dos materiais estocados em almoxarifado e dos bens patrimoniais coincidem com os registros contábeis. Não foram realizados inventários de materiais, só dos bens patrimoniais.

j) No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.

l) Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no Art. 43 da Lei 4.320/64.

4. No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:

a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

O Município não realizou operação de crédito no exercício de 2016.

b) OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA - (ARO):

O Município não realizou operações de crédito por antecipação da receita orçamentária no exercício de 2016.

5. Receita de transferências Intergovernamentais foi realizada exame das receitas oriundas da União e do Estado, a fim de diagnosticar o nível de gerenciamento desses recursos,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER
CENTRAL DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

avaliar a correção e a confiabilidade dos lançamentos contábeis e dos procedimentos administrativos realizados nos setores envolvidos no controle da arrecadação.

a) Os valores recebidos a título de transferências constitucionais e legais do Estado (ICMS, IPI/Exportação, CIDE) e da União (FPM, LC 87/96, FUNDEB e Salário Educação), estão de acordo com os índices de participação nesses recursos estabelecidos pela legislação;

b) Os Recursos da CIDE, do FUNDEB e do Salário educação, bem como os oriundos de transferências legais, tais como PAB, Merenda Escolar, Transporte Escolar, Assistência Social e de transferências voluntárias da União e do Estado vinculados a finalidades específicas, foram depositados e movimentados em contas bancárias específicas, atendendo ao disposto no art.50, I, da Lei Complementar nº 101/2000.

c) Na execução dos recursos recebidos a título de transferência voluntária, verificamos que quando efetivamente devida, foram efetuadas as prestações de contas parciais ou totais, e o seu respectivo encaminhamento aos órgãos concessionários. Também foi verificado que o poder executivo observou a determinação posta no art. 2º da Lei Federal nº9. 452/97 quanto a notificação compulsória desses recebimentos aos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e entidades Empresariais com sede no Município, no prazo de até dois dias úteis contados da data do recebimento.

d) Ainda quanto às transferências voluntárias verificou-se que conforme o art.116, §§ 4º e 5º da Lei Federal nº 8.666/93, os mesmos foram aplicados em cadernetas de poupança de instituições financeira oficial ou em fundos de aplicações financeiras de curto prazo.

e) Quanto às transferências voluntárias realizada pela União por meio de convenio e ou contratos de repasse, as mesmas estão regularmente sendo registrada no portal dos Convênios (SICONV), permitindo aos órgãos repassadores do governo federal o controle em tempo real da execução.

6- Cobrança da Dívida Ativa e dos Títulos Executivos emitidos pelo TCR?RS

a) Em relação a esse item de verificação compulsória que foram avaliadas as providências tomadas pela administração para receber as receitas não recolhidas no prazo de vencimento. Também foi analisada a adequação dos registros contábeis atinentes à dívida ativa, principalmente quanto ao destaque dos créditos realizáveis a longo e curto prazo e a provisão para perdas na dívida ativa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER
CENTRAL DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

b) A análise amostral realizada em 30/10/2016 processos revelou que os termos de inscrição em dívida ativa possuem os requisitos constantes no art.2º, §5º, da Lei Federal nº 6.830/80 e art. 202 do CTN.

c) Estão inscritos em dívida ativa todos os créditos tributários e não tributário e não arrecadados pelo Município, em cumprimento ao disposto no art. 39 § 2º da Lei Federal nº 4.320/64, sendo que a administração municipal através do setor de tributos efetivamente efetua a cobrança da dívida ativa, nas esferas administrativa e Judicial.

d) Os saldos existentes no cadastro da dívida ativa dos contribuintes (setor tributário) correspondem aos valores apresentados pela contabilidade em 31 de dezembro de 2016, a qual evidencia, em contas específicas, a dívida ativa de curto prazo e de longo prazo, bem como a Provisão para perdas da dívida ativa, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público-MCASP.

e) Quanto aos títulos executivos emitidos pelo tribunal de contas do estado, verificou-se o atendimento das disposições contidas na resolução nº 879/2010, especialmente quanto ao registro contábil em contas próprias dos créditos e dos valores arrecadados; adoção de medidas administrativas ou judiciais para a cobrança dos créditos expressos nas certidões de decisão- Títulos Executivos; a prestação de informação tempestiva a direção Geral do tribunal de Contas a cerca das medidas de cobranças adotadas, inclusive com remessa de documentação comprobatória.

7. RESTOS A PAGAR:

Quanto aos restos a pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2016 revela que o total empenhado foi de R\$ 26.568,240, 24 liquidados valor de R\$ 26.534.964,49 e pagos R\$ 26.292.610,87, restos a pagar liquidados R\$ 242.535,62 respectivamente houve restos a pagar não liquidados no valor de R\$ 33.275,75. Confrontando-se tais empenhos com as disponibilidades de caixa verificada em 31.12.2016 e respeitadas às fontes de recursos correspondentes, (Conforme demonstração no Balancete Orçamentário da despesa).

RECURSOS DISPONÍVEIS X OBRIGAÇÕES A PAGAR EM 31/12/2016.

RECURSO	DISP 31/12	A PAGAR 31/12	SALDO
0001 – LIVRES	831.950,07	64.418,42	867.531,65
0020 – MDE	45.832,70	6.945,46	38.887,24
0031- FUNDEB	67.244,57	10.084,14	57.160,43
0040 – A S P S	109.088,21	32.215,12	76.873,09
0050-RPPS	24.404.804,44	17,58	24.404.786,80



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER
CENTRAL DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

1029- FEP-FUNDO ESPECIAL DE PETRÓLEO	1,03	1,03	-
1050- SALÁRIO EDUCAÇÃO (FNDE)	6.837,94	31,40	6.806,54
1094- PROGRAMA CREAS	26.576,91	104,40	26.472,51
1139- CREAS/PAEFI	18.978,36	0,25	18.978,11
1152-AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS-PAR	18.804,81	18.407,81	397,00
1161- CONSTR. QUADRA ESCOLAR COM VESTIARIO	80.213,55	80.213,55	-
1163-SCFV-Serv.Conv.e Fortalec. De Vinculos	18.943,08	2.350,00	16.593,08
1171- FUNDOS MUNICIPAIS DO MEIO AMBIENTE	1.311,65	278,74	1.032,91
1172-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.000,99	2780,41	220,58
1173- FUNDOS MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	1.007,22	532,84	474,38
1174-FUNDO MUNIC. DE ILUMINAÇÃO PUBLICA.	64.511,78	11.862,92	52.648,86
1178-PROGRAMA PAR- AQUIS. DE BRINQUEDO	6.785,99	4614,78	2.171,21
1185- PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA CT.REP Nº 805533/2014	136.919,78	124.990,14	11.929,64
4011-INCENTIVO ATENÇÃO BASICA	3.207,16	1907,00	1.300,16
4160-PRIMEIRA INFANCIA MELHOR-PIM	24.048,31	33,70	24.014,61
4510- PAB-FIXO	17.777,44	1.934,75	15.842,69
4520-PSF-SAUDE DA FAMILIA	34.191,30	1.417,44	32.773,86
SUB-TOTAL	25.922.037,29	365.141,88	25.556.895,41
RESTOS INSUFICIENCIA FINANCEIRA 2016		18.322,19	
RESTOS INSUFICIENCIA FINANCEIRA Ex. Anterior.		104.026,25	
TOTAL		487.490,74	

Analisando-se o quadro acima, verifica-se suficiência financeira para a inscrição de empenhos em restos a pagar no exercício 2016. Juntaram-se os processados no montante de R\$307.32,50, mais os não processados no valor de R\$ 57.821,38 somando o total de R\$ 365.141,88, e mais os valores com insuficiência financeira dos exercícios anteriores e atual o valor de R\$ 122.348,86, totalizando no exercício de 2016 o valor R\$ 487.490,74, conforme a demonstração do Modelo 9- Demonstrativos dos limites-RGF.

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS:

8. Analisando os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes.

a) Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2016.

b) Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício confere com os demonstrativos contábil de 31/12/2016.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER
CENTRAL DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

a) Balanço Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo (anexo 14), as informações coincidem com o Saldo Patrimonial constante do Balanço Patrimonial, Saldo patrimonial exercício 2016.

9. A dívida consolidada líquida do Executivo apresentou a seguinte posição em 31 de dezembro de 2016 a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Receita Corrente Líquida R C L	R\$ 24.905.060,44	% s/LRF
Total da Dívida Consolidada	R\$ 1.566.995,41	6,29%
Limite de emissão de alerta cfe, art., 59, § 1º, III da LRF.		108%
Limite legal cfe. art.3º, II da Resolução 40/2001.		120%

No exercício de 2016, não houve a alienação de bens integrantes do ativo tendo sido os mesmos aplicados na forma prescrita no art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000.

10. Exame da execução da folha de pagamento:

Visando verificar a execução da folha de pagamento, a Unidade Central de Controle Interno auditou os procedimentos respectivos, por amostragem, de onde se extrai que:

- a) A folha de pagamento é organizada e executada por centros de custo;
- b) Os servidores alocados em cada centro de custo estão devidamente lotados nas respectivas unidades administrativas, mas nem todos desenvolvem suas atribuições onde estão lotados.
- c) Não há vantagens, cujo direito foi implementado por servidores, pendentes de concessão, como adicionais por tempo de serviço, promoções e progressões, adicionais de insalubridade e periculosidade etc.
- d) As vantagens funcionais concedidas aos servidores, como adicionais por tempo de serviço, promoções e progressões, adicionais de insalubridade e periculosidade, gozo de férias e de licença prêmio etc., ocorreram regularmente e contaram com a emissão e publicação do ato respectivo, bem como com a devida anotação nos registros funcionais;
- e) Os documentos essenciais para comprovar o direito às vantagens concedidas aos servidores estão devidamente arquivados;
- f) Foram devidamente formalizados atos de aplicação de penalidades (decorrentes de procedimento administrativo regular, como advertências, suspensões e determinações de ressarcimento ao erário, sendo que tais circunstâncias foram devidamente anotadas nos registros funcionais;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER
CENTRAL DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

- g)** Foram devidamente instruídos todos os processos de prestação de contas relativos às diárias concedidas, tanto para servidores como para agentes políticos;
- h)** Foram emitidas e estão arquivadas nas pastas funcionais, devidamente assinadas pelos responsáveis, as efetividades dos servidores, fundamentando inclusive as horas extras pagas ou registradas em banco de horas;
- i)** Foram assinados pelos servidores e estão devidamente arquivados nas pastas funcionais, os termos de acordo, nos casos em que houve a compensação de horas extras trabalhadas (inclusive nos casos de sujeição dos servidores a regimes de plantão);
- j)** Houve a entrega anual, e o respectivo arquivamento nas pastas funcionais, da Declaração de Bens e Rendas por todos os servidores (efetivos, em comissão e contratados por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público), bem como pelos que exerceram cargos de mandato eletivo (Prefeito, Vice-Prefeito);
- l)** Está em dia e de acordo a legislação local a avaliação do estágio probatório dos servidores, bem como foram emitidas as portarias de declaração de estabilidade, quando for o caso (art. 41 da CR);
- m)** Há servidores percebendo remuneração superior ao subsídio do Prefeito (art. 37, XI, da CR); médicos.
- n)** Está sendo publicada, anualmente, a relação dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos (art. 39, § 6º da CR);
- o)** Foram corretamente aplicadas as leis de reajuste e de revisão geral dos servidores;
- p)** Não esta sendo feito escala de gozo de férias dos servidores;
- q)** As cedências de servidores contam com autorização legal e com convênio firmado entre cedente e cessionário, estando à contribuição previdenciária sendo mantida para o regime da origem (art. 1º-A da Lei 9.717/1998);
- r)** Estão regulares as contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS;
- s)** Estão regulares os descontos do imposto de renda na fonte (Decreto Federal nº 3.000/1999).

11-No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os art. 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/2000 cabem as seguintes considerações:

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER
CENTRAL DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Receita Corrente Líquida (R C L)	R\$	24.905.060,44	%
Despesas com Pessoal Computáveis nos últimos 12 meses	R\$	11.986.183,06	48,13%
Limite de alerta cfe. art. 59, § 1º, II da LRF.	R\$	12.103.859,37	48,60 s RCL
Limite prudencial cfe. art. 22, § único da LRF.	R\$	12.776.296,01	51,30 s/RCL
Limite legal cfe. Art.20, III, “b” da LRF	R\$	13.448.732,64	54,00% RCL

Observações: O índice de despesa com pessoal ficou em **48,13 %** da Receita Corrente Líquida 2016.

12-Exame da gestão dos regimes próprios de previdência;

No tocante a gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS ratifica-se a documentação elaborada pelo Conselho Municipal de Previdência, destacando-se o que segue:

- a) O Regime está amparado em cálculo atuarial inicial;
- b) O cálculo atuarial é refeito a cada exercício;
- c) As alíquotas indicadas pelo cálculo são as que constam na lei municipal;
- d) A cobrança das alíquotas majoradas obedece ao prazo mínimo de 90 dias;
- e) Os percentuais de contribuição do Município e dos segurados – ativos e inativos – obedecem aos limites mínimos e máximos;
- f) As alíquotas de contribuição previdenciária, cota do servidor, incidem sobre a base de cálculo estabelecida em lei;
- g) Os recursos do RPPS são aplicados nos limites definidos pelo Conselho Monetário Nacional;
- h) Os recursos previdenciários não são utilizados para custeio de plano de saúde;
- i) Os recursos previdenciários não são utilizados para empréstimo aos servidores ou ao Município;
- j) Os benefícios garantidos pelo RPPS, salvo os que decorrem da Constituição da República, não são distintos dos garantidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;
- l) Regime paga somente os benefícios previdenciários e as despesas administrativas;
- m) Os pagamentos das despesas administrativas contam com autorização e obedecem ao limite legal;
- n) É garantido aos servidores ativos e inativos, amplo acesso às informações do RPPS;
- o) O regime cobre somente servidores ocupantes de cargo efetivo;
- p) A conta do regime é distinta da conta do Município;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER
CENTRAL DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

- q) Os servidores (ativos e inativos) estão representados nas instâncias ou colegiados do regime;
- r) É disponibilizado aos segurados registro individualizado das suas contribuições;
- s) O Município está recolhendo e repassando os valores ao RPPS, conforme as alíquotas previstas na Lei Municipal;
- t) Nos casos de atraso estão sendo pagos os acréscimos legais;
- u) Está sendo corretamente operacionalizada a compensação previdenciária;
- v) O RPPS está atendendo todas as exigências do Ministério da Previdência Social – MPS para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que está vigente até 08/03/2016.

Constatamos que os recursos do RPPS são aplicados nos limites definidos pelo Conselho Monetário Nacional como segue:

<u>BANRISUL</u>	
Conta corrente	8.00
Prev. Municipal FI Renda Fixa LP	1.171.034,05
Prev. Municipal II FI Renda Fixa LP	1.154.720,09
Prev. Municipal III FI Renda Fixa LP	1.092.686,06
Prev. Municipal IV FI Renda Fixa LP	557.160,18
Prev. SOBERANO FI Renda Fixa LP	2.744.848,83
Prev. IPCA 2024 FI Renda Fixa LP	378.282,00
Prev. FOCO IRF-MI Renda Fixa LP	3.335.164,39
Total.....	10.433.903,60
<u>BANCO DO BRASIL S.A</u>	
B.B. Renda Fixa INSS Previd. IMA-B	846.347,01
B.B. Previd.Referenciado IRF-M1	2.840.979,77
B.B.Previd. RF Perfil	2.334.680,63
Ações Petrobras	55.108,03
BB previd RF FLUXO	987.613,52
BB previd RF IDKA -2	2.264.854,60
BB FAPS FI Brasil Previdence IMA B5 RF	1.206.381,32
Total.....	10.535.964,88
<u>CAIXA ECONOMICA FEDERAL</u>	
Caixa FI BRASIL 2020 -V	350.450,40
IMA-B Título Público Renda Fixa LP	834.459,18
FI Brasil IRF-MI TP Renda Fixa LP	2.628.308,38
Total.....	3.813.217,96
Total Carteira.....	24.783.085,46

O Município efetuou 04 parcelamento referente às contribuições previdenciárias para o Fundo de Aposentadoria dos Servidores – FAPS, esta repassando os valores em dia.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER
CENTRAL DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o Central do Sistema de Controle Interno dá parecer favorável de que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na Lei Orçamentária do Exercício 2016, foram adequadamente cumpridas com exceção de alguns projetos e atividades cujos objetivos não foram atingidos em razão da queda na arrecadação das receitas e aumento dos custos em geral.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi observada. Quanto à eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Quanto aos restos a pagar constatamos que somou R\$ 365.141,88, conforme a demonstração no Modelo 9- Demonstrativos dos limites- RGF. Com insuficiência financeira disponibilizada em caixa, o valor de R\$ 122.348,86, ferindo assim o art. 42 da Lei 101/2000.

Em relação a folha de pagamento, observamos que o percentual esta em 48,13% sobre a Receita Corrente Líquida, conforme Modelo 9 -Demonstrativos dos Limites- RGF.

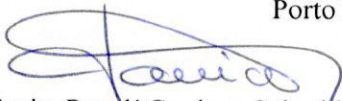
Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, anota-se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante convênio a diversas entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados em sua totalidade, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

Em relação as aplicações do RPPS, observamos que está sendo feito regularmente aplicações nos Bancos do Estado – Banrisul, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.

Quanto as publicações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e Relatórios da Gestão fiscal (RGF), foram publicados no mural da Prefeitura os bimestrais e os semestrais, e ainda também foram publicado nos jornais de maior circulação no município (Gazeta do Povo e Gazeta Integração) no Site: www.portoxavier.rs.gov.br/contas_publicas.

É o relatório e parecer.

Porto Xavier, 28 de janeiro de 2016.


Tania Roseli Cardoso Schmidt
Presidente do Controle Interno


Maiquel Josef Schulz
Membro do Controle Interno